



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Soubemos que a situação dos moradores na Quinta da Parvoíce, em Setúbal, continua a manter-se apesar da delicadeza do caso: diversas famílias continuam sem resposta digna à sua necessidade de habitação. E tanto quanto sabemos, não existe ainda nenhuma estratégia em concreto para resolver ou minimizar as circunstâncias destas famílias.

No dia 28 de Fevereiro de 2020, houvera demolições de construções clandestinas, no local citado, tendo sido os moradores informados das demolições pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), através de edital Aviso N.º1/IHRU, I.P.2020, com data de 19 de fevereiro, que invocou condições de segurança e salubridade, apenas com 5 dias de antecedência. Supostamente tratar-se-iam de edificações não habitadas - daí que o IHRU, proprietário dos terrenos em causa, não terá reconhecido necessidade de realojamento - mas, na realidade e segundo fontes próximas dos moradores, foram demolidas casas que ainda estavam em construção, sendo que os futuros habitantes já viviam no bairro clandestino com familiares e duas casas estavam mesmo habitadas, embora tivessem apenas a divisão onde dormiam.

No mês seguinte, segundo informação veiculada pela comunicação social, “o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), em conjunto com a Segurança Social, a Câmara de Setúbal e a Junta de S. Sebastião decidiu fazer um diagnóstico sobre os moradores da Quinta da Parvoíce que ocupam os terrenos da encosta”, decorrendo visitas de técnicos ao local.

Antes disso, em 2016, já teria sido feito diagnóstico semelhante embora apenas dos moradores das habitações mais próximas à estrada, naquela que é conhecida como zona consolidada. Desse exercício, os moradores ficaram em lista de espera para habitação social mas esta lista, em Setúbal, é extensa - terá sido mencionado cerca de mil pedidos de habitação pendentes - e não há “habitação social suficiente para todos os casos [o que] leva a que os processos demorem tempo a estar concluídos”, explicou ao órgão de comunicação social, Pedro Pina, vereador da Câmara Municipal de Setúbal responsável pela área de Direitos Sociais. O autarca terá ainda dito que a Câmara já endereçou diversos alertas ao Governo sobre a necessidade de

soluções adicionais de habitação social no concelho, mas continuam a aguardar medidas em concreto.

Em resposta dada à Pergunta 1095/XIV/1, sobre o mesmo assunto mas de outro grupo parlamentar, pelo gabinete do Ministro das Infraestruturas e Habitação, podemos ler que “o Município de Setúbal foi sensibilizado para a necessidade de integração, na sua Estratégia Local de Habitação, das pessoas que ocupavam as construções erguidas no terreno, de modo a que possam vir a ter apoio através do Programa 1.º Direito”. O Ministério afirma ainda que “uma das prioridades desta área governativa e do IHRU é assegurar o direito a habitação para toda a população, sendo a sua preocupação garantir que todos têm acesso a habitações adequadas e condignas”.

Com a leitura de todas as declarações torna-se fácil presumir que tanto o IHRU e o Ministério, como a Câmara Municipal de Setúbal consideram o outro como responsável pela busca de soluções. E em meio a este processo, as famílias continuam sem ver solução à vista...

Assim, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vem a signatária, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, solicitar as seguintes informações à Câmara Municipal de Setúbal:

- 1 – Existem desenvolvimentos da situação dos moradores da Quinta da Parvoíce?
- 2 - Continua essa autarquia em articulação com as outras entidades mencionadas - IHRU, Segurança Social e a Junta de S. Sebastião - a diligenciar para que se encontre uma solução de facto para estas famílias?
- 3 - Existe já algum relatório acerca do diagnóstico referido?
- 4 - Em relação ao diagnóstico anterior, de 2016, algumas das famílias/pessoas listadas já se encontra neste momento com moradia através dos serviços municipais? Se sim, quantas?
- 5 - Quantas entradas possui actualmente a lista de pedidos para habitação social em Setúbal? Quantas habitações se encontram por habitar? E quantas já foram cedidas?
- 6 - Está a decorrer alguma estratégia para a implementação de medidas em concreto que colmatem esta lacuna ou alguma tentativa cabal de lhe dar resposta a breve prazo?

Palácio de São Bento, 2 de março de 2021

Deputado(a)s

CRISTINA RODRIGUES(Ninsc)